

# Nas (in)definições de livro, leitor e leitura: uma multiplicidade de espaços e sentidos

Ilsa do Carmo Vieira Goulart<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho considera que a palavra escrita ultrapassa a bidimensionalidade do papel ao ser interpretada, mutilada, reencenada e, por vezes, ironicamente esquecida no texto, ou pelas múltiplas leituras que, não raro, são feitas por um mesmo leitor em diferentes momentos de sua história, ou ainda em distintos estados de humor, age em abertura de espaços, outros, na produção de sentidos. O artigo objetiva refletir sobre as representações estabelecidas na relação entre o leitor e a leitura, por intermédio do livro, tecidas a partir de uma rede discursiva que tramita essa tríade. A reflexão apresenta uma aproximação entre diferentes ideias, conceitos ou imagens que insinuam as (in)definições a partir de proposições a respeito do livro enquanto objeto mediador da ação leitora. Para tanto, com base no conceito de obra aberta de Eco, toma-se como fundamento argumentativa a questão da materialidade do livro posta por Chartier, a noção de “rizoma” de Deleuze e Guattari e a reflexão de experiência descrita por Benjamin e Larrosa.

Palavras-chave: Livro. Leitor. Leitura. Produção de sentidos.

## In (in)definitions to book, reader and reading: a multiplicity of spaces and senses

## Abstract

This work considers that the written word exceeds the two-dimensional of the role to be played, mutilated, reenacted and sometimes ironically forgotten in the text, or for multiple readings that often are made by the same player at different times in its history, or even in different moods, others, in the production of meaning. The article aims to reflect on the established representations in the relationship between the reader and reading through the book, woven from a discursive network that clears this triad. To do so, from the concept of open work of Eco, as argumentative basis the question of materiality of the book placed by Chartier, the notion of "rhizome" of Deleuze and Guattari, and the reflection of experience described by Benjamin and Larrosa.

**Keywords:** book; reader; reading; production of senses

## Introdução

*Desconheço liberdade maior e mais duradoura do que esta do leitor  
ceder-se à escrita do outro, inscrevendo-se entre suas palavras e os silêncios.  
Texto e leitor ultrapassam a solidão individual  
para se entrelaçarem pelas interações.  
Bartolomeu Campos de Queirós (2012)*

---

Universidade Federal de Lavras Lavras, MG – Br. E-mail: ilsa.vieira@uol.com.br.

Cabem, neste ensaio, algumas inquietações que tramitam entre a relação leitor e a leitura permeada pelo objeto-livro, tendo em vista sua multiplicidade sógnica, sobretudo no que toca a ação leitora e ao livro, este último compreendido como espaço não fechado em si mesmo, mas que se move na abertura de ações interpretativas, outras, inventivas e livres, na produção de sentidos. O livro, mesmo em sua materialidade, na demarcação e fixação das palavras escritas, libera a transitoriedade, a imparcialidade e a pluralidade dos sentidos produzidos; mesmo na aparente individualidade da ação leitora, permite-se ao leitor e texto “se entrelaçarem pelas interações”, conforme a epígrafe; mesmo em cada leitura, em cada suporte que acolha as palavras escritas, a relação se modifica, abrem-se outros espaços de experiências, de criação e de diálogos.

Sabemos que a compreensão da leitura tem a ver com as diferentes visões de mundo, nas quais estão incluídas elementos sociais, culturais e históricos que, devido às particularidades temporais e espaciais, instalam tensões em busca de entender os diferentes signos que constituem o sujeito e influenciam em sua leitura. O livro como um objeto de arte é produzido e organizado em seções provocativas de efeitos comunicativos, de modo que cada leitor possa recompreender, conforme descreve Eco (2010).

Nesta perspectiva, este exercício de escrita procura refletir a respeito das representações estabelecidas na relação entre leitor e leitura intermediadas pelo livro, a partir de uma rede discursiva em que orbita essa tríade, procuramos apresentar as diferentes ideias, conceitos ou imagens que insinuem as (in)definições do que se entende por livro, tomando como base o conceito de obra aberta de Eco, balizadas pela questão da materialidade posta por Chartier, pela noção de rizoma de Deleuze e Guattari e pela proposição de experiência descrita por Benjamin e Larrosa.

(In)definir não é algo simples, por isso iniciemos pelos espaços de tensão criados pelos atos de leitura. Nesse sentido, a título de introdução, traçamos uma discussão a respeito do livro como espaço que ultrapassa a dimensão demarcada pela materialidade. Ao descrever o livro, como obra aberta, segundo Eco (1991), configura-se a descontinuidade, que ilide uma dada compreensão posta pela materialidade e institui espaços abertos, imaginativos e passíveis de interpretações e sentidos múltiplos.

### **O livro: espaços para além da materialidade concreta**

Rumores visionários da falência da indústria editorial em decorrência da anunciada extinção do livro, aguçaram interesses e estudos historiográficos pelo tema. Estudos identificados com a História Cultural, como Chartier (1990, 1996, 1998, 1999, 2009) e Darnton (1990), apontaram para o fato de que a substituição de um suporte de texto por outro – rolos de papiros, códices, telas de computadores – poderia significar a perda, não só desse objeto, mas do mundo do qual ele, um dia, fez parte. Para outros a concepção de escrita nem sempre foi a mesma, como indicam os estudos de Gnerre (2009), segundo o qual, em diferentes momentos históricos ocorreram alterações significativas nas atitudes com relação à escrita, o que mudaria também o modo do seu processo de compreensão e apreensão, demarcadas por situações de uso funcional e intenso da escrita.

Na ausência de um único suporte para o texto, torna-se difícil aproximá-lo dos mesmos sentidos que os sujeitos um dia lhe atribuíram, das relações com ele construídas, das práticas e representações que circundaram este material de leitura. A modificação do suporte escrito exige do leitor uma inovação dos gestos, das práticas intelectuais. No percurso histórico do livro, do *codex* à tela, o passo significativo foi a passagem do rolo ao *códex*, visto que, foram criadas e “[...] afirmadas ou impostas novas maneiras de ler que ainda não foi possível caracterizar totalmente, mas que, sem a menor dúvida, implicam práticas de leitura sem precedentes”. (CAVALLO & CHARTIER, 1998, p. 32).

O suporte textual ganha terrenos investigativos frente à consideração de que a existência do texto só é possível acoplada a uma materialidade e de que não existe um texto fora do suporte que se dá à leitura. Segundo Chartier (1990, 1998), os autores não escrevem livros, mas textos, que são transformados em objetos escritos, outrora manuscritos, gravados, depois impressos e, hoje, em formato digital. Objetos que são manejados de diferentes formas por um leitor real, de carne e osso, cujas maneiras de realizar a atividade de leitura não são as mesmas, variam, alteram-se em diferentes épocas, lugares e ambientes.

Assim, ao conceituar uma obra apenas pela sua materialidade concreta pode-se criar uma ideia abreviada, reducionista frente a complexidade sócio-cultural que a envolve. Dizer que os “livros são papéis pintados com tinta”, como no poema de Fernando Pessoa (2002, p.90), poderia apresentar uma definição restrita à caracterização externa da obra impressa. Entretanto, o que se observa é que o objeto-livro envolve um ato criador, pois sua existência ou reconhecimento configura-se em relação ao seu leitor.

Revista Leitura V.2 nº 56 – jul/dez. 2015 – Número regular - Autor/a: Ilsa do Carmo Vieira Goulart – p. 09- –27.

Assim, descrever o livro impresso como um material que traz apenas marcas de tintas figura uma imagem fechada na materialidade, torna-o objeto limítrofe e estático, pois sem a atribuição de significados a estas marcas, desconsidera-se a relação cognitiva, interpretativa e reflexiva que o ato leitor cria neste movimento interativo de produção de sentidos, deixando de lado também o ato criador contido na feitura do mesmo e que tem, no leitor, um pintor a tingir com sua interpretação a cada leitura da materialidade livro.

A palavra não foi criada para submeter-se ao papel ou a qualquer outra matriz de registro, seja bidimensional, seja randômica, haja vista as narrativas orais dos “rapsodos” e “aedos”, poetas compositores e intérpretes que encantavam com sua arte e tecida por fios do passado e do presente, dando-nos a conhecer sua história, seus costumes e tradições, desde a Antiguidade até nossa contemporaneidade. (LOBO, 2012).

O mais importante nessa perspectiva é que na materialidade do livro a palavra ultrapassa a bidimensionalidade do papel ao ser interpretada, mutilada, reencenada e, por vezes, ironicamente esquecida no texto, pelas múltiplas leituras, que, não raro, são feitas por um mesmo leitor, em diferentes momentos de sua história, ou mesmo em distintos estados de humor.

Neste sentido, no conceito de obra aberta, descrito por Eco (1991, p.51) a respeito da obra de arte, a noção de “abertura” nos parece propícia por compreender as várias possibilidades de interpretações que uma obra consente, pelo fato de configurar-se na ideia de inacabamento, permite a ação de liberdade, de inventividade, que repercute em seus leitores ou fruidores, uma gama de interpretações, pela capacidade de mobilidade “[...] de reproduzir-se caleidoscopicamente aos olhos do fruidor como eternamente novos”.

Para Eco (1991) a obra aberta pode ser compreendida em três margens de configuração em primeira instância como obra inacabada, que emite o convite a fazer a obra junto com o autor; em segunda situação como uma obra em movimento, que mesmo finalizada, encontra-se aberta a percepções; em terceira, estaria a obra acabada, mas que se encontra aberta a infinidade de leituras, de ações múltiplas de interpretações, um movimento que revitaliza a obra, pela singularidade das percepções.

Outra compreensão de livro como algo mais abrangente do que um simples encadernado de papeis, é apresentada por Sartre (2004, p.47), afirmando que “[...] cada livro é uma recuperação da totalidade do ser; cada um deles apresenta essa totalidade do

Revista Leitura V.2 nº 56 – jul/dez. 2015 – Número regular - Autor/a: Ilsa do Carmo Vieira Goulart – p. 09- –27.

espectador. Pois é bem esta finalidade de última arte: recuperar este mundo, mostrando-o tal como ele é, mas como se tivesse origem na liberdade humana”.

As palavras, organizadas ou não, se pensarmos na escrita não linear, impressas e encadernadas, compõem a obra e ali inauguram um espaço de criação e de interlocução. A interatividade entre leitor e a obra decorre da ação leitora, uma relação que para Sartre (2004, p.22) parece estar envolvida de arte sedutora, inebriante e envolvente da narrativa. O filósofo considera que a palavra é transparente, pois permite ver através dela, mas “[...] num livro ela se esconde, age por persuasão como o charme de uma voz ou de um rosto; não constrange, mas predispõe sem que se perceba, e acreditamos ceder a argumentos quando, na verdade, estamos sendo solicitados por um encanto que não se vê”.

Em estudos anteriores, Goulart (2009, 2011, 2014), indica que a liberdade do leitor frente ao texto apresenta certa vulnerabilidade pelo fato de o livro, enquanto objeto concreto, ser um provocador de ações e pelas práticas da comunidade leitora na qual está inserido. A história da leitura possibilita não só a percepção como o registro dessas mudanças, no decorrer do tempo, nos atos e nas razões de se ler.

Segundo a autora, a compreensão de livro alarga-se ao percebê-lo como objeto que incita gestos, habilidades, competências, desejos, valores e significados. Há um esforço de investigação sobre a posição que ele ocupa no encontro com o leitor no momento da leitura. Focalizar o livro como aquele que não só se oferece como objeto para ser lido, nem exclusivamente como algo marcado por protocolos orientadores dos itinerários da leitura, mas como objeto carregado de valores, sentidos simbólicos dados culturalmente pelas comunidades de leitores, abre outras perspectivas de leitura, o que Eco (1991) nos apresenta como a abertura estética da obra.

Dito de outro modo, um livro materializa, por meio da leitura, os signos que nos contextualizam histórica, social e culturalmente, graças aos quais redimensionamos, atualizamos e, possivelmente, expandimos nossa visão de mundo. O ato de ler tem a ver com a corporeidade, pois ao lermos, estabelecemos vínculos entre passado, presente e futuro que nos conectam com sensações e sentimentos. São aromas e sons do passado, futuros imaginados e sensações outras que habitam as reminiscências de nossa memória e se esvaem pelo nosso corpo pelo ato de leitura.

Neste viés reflexivo e argumentativo, entendemos que entre o leitor e a atividade de leitura, mediados por um objeto-livro, ocorre uma multiplicidade de sentidos que transcende o espaço físico delimitado pelo texto escrito, criando agências, outras, de

Revista Leitura V.2 nº 56 – jul/dez. 2015 – Número regular - Autor/a: Ilsa do Carmo Vieira  
Goulart – p. 09- –27.

espaços. Estes lugares alhures são identificados, aqui, como *espaço corpóreo, de experiência e de criação*, espaços que se integram e dialogam entre si.

### **O livro como espaço corpóreo**

Para explorar a ideia corpórea, a definição de livro proposta por Sartre (2004), parece dialogar com o conceito de CsO<sup>2</sup> dos filósofos Deleuze e Guattari. O CsO do livro tem a ver com a possibilidade de conexão entre diferentes livros que resulta na multiplicidade sígnica que eliminaria a relação dicotômica entre sujeito-objeto e entre um “eu” que daria lugar a um “nós”.

Nesse sentido, o livro como corpo é o espaço a ser preenchido e esvaziado constantemente e que, conseqüentemente, abarcaria a totalidade do ser, como apontou Sartre (2004). Não se trataria mais do sujeito unívoco, mas do sujeito capaz de constituir ambiências nas quais os signos possam migrar superando posturas cristalizadas.

Deleuze e Guattari (1995, p.10), descrevem o livro como o “corpo sem órgãos”, ou seja, como uma forma de agenciamento que regula uma multiplicidade indefinida de ações, que pode gerar uma conexão com outros CsOs, que não necessariamente livros.

A ideia de agenciamentos coletivos e de enunciação atribui ao livro não apenas uma definição limítrofe à fabricação ou às marcas da exterioridade, composta de cor, forma tamanho, textura, mas de regulações que o envolve. A ideia de agenciamento pode ser compreendida como o conjunto de ações, desde a composição pelo autor, a editoração, à disponibilização para venda, até chegar ao leitor, num “circuito de comunicação”, conforme descreve Darnton (1990), quanto pelas ações de produção de sentidos que o envolve na ação leitora.

Mais ainda, o agenciamento tem a ver com os espaços que preenchemos com nossas leituras, às quais se conectam nossa história, nossa cultura e outros elementos que nos constituem como leitores. Por isso, um livro não tem objeto, apenas conexões com outros agenciamentos, isto é, outros CsOs.

É esta ideia de agenciamento que torna o livro, segundo os filósofos Deleuze e Guattari (1995, p.10), “[...] uma espécie de organismo, ou uma totalidade significante”.

---

<sup>2</sup> “O CsO é o campo de imanência do desejo, o plano de consistência própria do desejo (ali onde o desejo se define como processo de produção, sem referência a qualquer instância exterior, falta que vira torná-lo oco, prazer que viria preenchê-lo)”. (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p. 15).

Assim, a definição de livro assume uma complexidade que evolui tanto a materialidade física, na configuração dos dispositivos gráficos e textuais, quanto aspectos não materializados como os modos, as ações e as relações que a ultrapassam, visto que

Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes. Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações. Fabrica-se um bom Deus para movimentos geológicos. Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.10)

Para os autores o ato de escrever não trata de um ato de pura significação, mas tem a ver com o ato de “agrimensar” de “cartografar”, estudar e medir superfícies não conhecidas, que ainda estão por vir. Isso exige uma capacidade de percepção e articulação entre o que se põe diante dos olhos e o que se oculta, capaz de tensionar os limites entre dedução, inventividade e criação imaginária. Essa percepção tem a ver com a atitude interdisciplinar e adotada pelo leitor por ocasião de suas diversas leituras.

Neste contexto, os filósofos expõem a ideia de livro como *rizoma*, entendendo que

O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.13)

O livro como um sistema de *rizoma*, pode ser compreendido como espaço não fechado ou limitado em si mesmo; trata-se antes de um espaço aberto, um “agenciamento coletivo de enunciações” que articulam a multiplicidade em simultaneidade ao fluxo semiótico – o significado –, ao fluxo material – o significante – e ao fluxo social, diria pelo diálogo entre o autor e o leitor.

Nesse espaço aberto, a cadeia semiótica se constitui de elementos linguísticos e não linguísticos, a partir dos quais, a linguagem pode ser descentrada, abrindo-se a outras formas de registro e a outras dimensões sígnicas. O que erige, então, é a relação

polifônica entre as vozes do autor, do interior da obra e da realidade mesma, na qual o sujeito leitor se insere.

Não se tem mais uma tripartição entre um campo de realidade, o mundo, um campo de representação, o livro, e um campo de subjetividade, o autor. Mas um agenciamento põe em conexão certas multiplicidades tomadas em cada uma destas ordens, de tal maneira que um livro não tem sua continuação no livro seguinte, nem seu objeto no mundo nem seu sujeito em um ou em vários autores. (DELEUZE E GUATTARI,1995, p.13)

No mesmo esteio das concepções de Deleuze e Guattari, Malufe (2012) aponta para a importância do livro e para a ideia de “agenciamento coletivo de enunciações”, vinculando-se às coligações que envolvem tal agenciamento possibilitando, dessa forma, a interação e o diálogo com outras “máquinas” às quais o livro, também uma “máquina”<sup>3</sup> se conecta, criando outras linhas de expansão discursiva.

Nesse sentido, compreende Malufe (2012, p.201), que uma obra ou um enunciado qualquer encontrará seu sentido no momento em que ele acontece para um leitor, um ouvinte, um destinatário qualquer: mesmo porvir, isto porque deve “[...] ser visto como uma peça, uma pequena engrenagem de uma máquina muito maior – com a qual, ou as quais, ele irá se compor”.

Nota-se, que tais agenciamentos não são estáticos, pois estão em constante variação, ao que Deleuze e Guattari (1995), chamam de “processos de “desterritorialização” e reterritorialização”. É sob a perspectiva dos agenciamentos coletivos de enunciação, inclusive, que começamos a entender um poema, um livro ou mesmo toda a obra de um escritor como território, um corpo estável, como nos mostra Marques (2013).

Segundo o autor tem-se na obra literária um regime de signos (uma semântica), composta por discursos indiretos que a todo instante se atravessam, num processo interdiscursivo, dialógico, demarcando uma interação semântica “[...] como um agenciamento maquínico de corpos que são os corpos do escritor, do livro, etc.”. (MARQUES, 2013, p.14),

---

<sup>3</sup> Cf. Deleuze e Guattari (1995, p.12): “Um livro existe apenas no fora e pelo fora. Assim sendo, o próprio livro é uma máquina, que relação, por sua vez, mensurável, esta máquina literária entretém com uma máquina mor, revolucionária (...). Mas a única questão, quando se escreve, é saber com que outra máquina a máquina literária pode estar ligada, e deve estar, para funcionar”.

Esta interação semiótica é o movimento de produção de sentidos entre diferentes agenciamentos entre o autor, a produção escrita, tanto textual quanto a materialidade da obra, e o leitor.

O livro, projeto arquitetado para abarcar um texto, seja este verbal, seja não verbal, constitui-se em agenciamento movido por uma intencionalidade de um autor ou editor, mas não se limita a este espaço de produção textual, já que cria outros espaços pela ação leitora. Não se limita ao movimento de “territorialização”, no sentido de fixação e estabilidade, mas de um espaço no qual o texto, temporariamente se ancora para em seguida proceder a “desterritorialização”, num corpo leitor, mediante a construção de linhas de fugas criadas pela leitura.

Este movimento de “desterritorialização” se mostra em consonância com o que Chartier (1999, p.19) denomina de “apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe”. Pode-se ressaltar que a apropriação é uma produção de sentidos, ou seja, um movimento próprio de cada leitor em interlocução com o texto. Percorrem-se os terrenos da singularidade que cercam o sujeito, mas que estão em circularidade com outros “agenciamentos de corpos” ou “agenciamento coletivo de enunciações”.

O desterritorializar tem a ver com o reterritorializar e territorializar deleuziano, pois que a leitura leva para outros espaços de sentido os signos (verbais ou não) do livro, esse CsO, cuja interface e migração entre ambiências decorrem da movimentação corpórea da ação leitora.

### **O livro como espaços de experiência**

O livro traz consigo uma narrativa, que se torna não muito diferente das narrativas orais que permeavam o convívio social. Benjamim (1994) mostrará que há uma proximidade entre a experiência vivida e uma narrativa. Segundo o autor, as experiências nos foram transmitidas de forma benevolente ou ameaçadora à medida que crescíamos. E não há experiência mais marcante que aquela vivida pelo próprio corpo.

E como nos lembra Mário Quintana (2006, p.60) a narrativa nos encanta, nos enfeitiça:

Mestra de estilo, feiticeira da arte narrativa, era aquela negra velha que nos contava histórias em pequeninos. Ficávamos literalmente no ar, nem respirávamos quando ela, encompridando a corda, dizia arrastadamente esta longa frase, cheia de nada e de tudo:  
\_ E vai daí o príncipe pegou e disse...

A narrativa se encontra infiltrada em meio a uma prática que decorre de um contar e um ouvir de histórias príncipes e princesas, de assombrações, de seres meio bicho, meio homem, de tragédias, de dificuldades, de viagens, de lutas e conquistas, ao redor de um fogão à lenha, uma fogueira ou alpendre da casa. Resumia-se numa reunião de pessoas que desenrolavam fios de uma narrativa, no qual entrelaçavam histórias e com isso asseguravam a atenção do público ouvinte:

Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará na sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. Esse processo de assimilação se dá em camadas muito profundas e exige um estado cada vez mais raro. (BENJAMIN, 1994, p. 204)

Para Benjamim (1994, p.205) a humanidade já não direciona mais o olhar sobre a experiência de vida; com isso: “desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade de ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas”.

Para o autor, se não é possível viver a *experiência* de uma narrativa como um narrador, isso gera uma situação de pobreza ao desprezá-la ou ignorá-la: “Pobreza de experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a liberdade de toda experiência”. (BENJAMIM, 1994, p.118)

Podemos compreender que a ausência da experiência, ou a negação a ela, segundo Benjamim (1994, p.119), significa pobreza interna ou externa, desta forma, o contrário validaria sua definição. A experiência pode ser compreendida como uma riqueza extraída da experiência humana, o patrimônio de maior valor que se pode adquirir. “Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”.

Quando movidos pela ânsia de atingir a plenitude da informação ou informatização da atualidade, deixamos de lado a experiência e em decorrência disso surge um estado de mendicância. A informação traz um significado entremeado de ser/estar algo recente, novo, e tem seu ápice enquanto impera o título de atual, em contradição à narrativa:

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de

tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. (BENJAMIM, 1994, p.204)

Nesta direção, Larrosa (2002) procura definir experiência explorando seis aspectos que a envolvem e que estão ligados à própria palavra. Com isso, busca na etimologia do vocábulo ou nas ideias que o revestem, a presença de algo que necessita ser vivido e sentido pelo indivíduo: “[...] a experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. [...] o que nos acontece, ou o que nos toca”. (LARROSA, 2002, p.25)

Para este autor, a experiência não se resume a um acúmulo de saberes; ela é algo além de uma vivência, de uma situação que nos ocorre, e viver uma circunstância não significa para ele ter uma experiência. Pode-se viajar ou visitar um lugar, mas caso esta vivência não lhe tenha tocado interiormente, este fato não gera uma experiência.

A experiência está também relacionada a um saber, que é diferente de conhecimentos, na elaboração de um sentido para os acontecimentos, as circunstâncias que nos rodeiam. “Este é o saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece”. (LARROSA, 2002, p.27)

Bem distante da detenção e posse de informação e de conhecimento que se instalou na sociedade contemporânea, na qual se destacam quantidade e atualidade, a experiência não gera estoques, ela é a própria ação de se permitir, de deixar-se seduzir pelo olhar, pelo ouvir, pelo toque, por uma aglutinação de sentidos, por uma entrega às sensações, num ebulir de emoções, cuja inteireza do ser consente uma apropriação do fato vivido, um momento em que “[...] a alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo eles definem uma prática”. (BENJAMIM, 1994, p.220)

Se considerarmos esta experiência muito mais do que a vivência de um fato, e sim um deixar-se tomar, possuir por completo por um acontecimento ou situação, partiremos então da premissa de que o livro-objeto pode materializar uma experiência de leitura, sentida e experimentada pelo sujeito num determinado tempo e lugar. Ela é uma forma de conhecimento instalado no momento vivido pelo leitor junto com seu livro.

Segundo Cosson (2012, p.63) o que leva à leitura de um texto clássico ou de um determinado livro, por exemplo, é a “experiência estética que ele proporciona” e que

não se resume apenas ao aspecto de composição da narrativa, mas a experiência que esta narrativa evoca.

Esta experiência atrela-se ao processo de formação dos sujeitos, como nos mostra Larrosa (2001, p.133), trata-se de “[...] pensar leitura como algo que nos forma (ou nos de-forma e nos transforma), como algo que nos constitui ou nos põe em questão naquilo que somos”.

Pesquisas com escritas de memoriais como de Cunha e Ometto (2012), revelam o quando a leitura literária impacta no processo de formação docente; ou de Petit (2010), com professores da zona rural ou desprivilegiadas economicamente, demonstram que em situações, muitas vezes, desajustadas da vida, a leitura se mostra o ponto culminante no formação e transformação ela interior.

Na pesquisa de Goulart (2009), os depoimentos mostraram o quanto as histórias contidas nos livros e experiências vividas com os livros, eram para eles impressionantes e contagiantes. Quer pelas histórias, quer pelas atividades de leitura, realizadas pelos leitores entrevistados, o leitor age, sente e vivência situações que são compartilhadas com o objeto-livro, e nele deixam marcas de escrita ou pintura duradouras em suas páginas, ou mesmo, pela ausência de sinais, isto é, uma manipulação que excede de um selo por não macular o impresso. Os livros trazem marcas não visíveis, marcas descobertas, apenas, quando o leitor relata as memórias de suas experiências de leitura com o objeto-livro e nelas elas percebe-se os sinais de afetividade.

Para Larrosa (2001), os livros e as obras de arte estão à disposição dos leitores de modo acessível e avolumado, consumidores de diferentes textos de põe à leitura a todo instante, mas poucos são provocadores de marcas de experiências. Tem-se o conhecimento à porta, porém nem tudo co-move.

Assim o livro permite um espaço em acontece a experiência da leitura, seja de fruição, seja de estudo, a vivência da formação supõe ultrapassar a barreira do que se sabe e do que se é entre o que passa, o conhecimento, e o que nos passa, a capacidade de produzir sentidos e a possibilidade de uma multiplicidade intervenções pessoais, conforme Eco (1991).

### **O livro como espaço de criação**

O espaço de criação que a leitura de uma obra impressa abre é imperdível de argumentações, excede em reflexões e estudos, por adentrar em linhas de fugas imaginárias e dialógicas do ato de produção textual do sujeito leitor.

Segundo Cosson (2012), escrever sobre letramento literário, descreve-o a partir de três etapas no processo de formação do leitor, denominados de introdução, leitura e interpretação. Mediante a complexidade das discussões sobre interpretação, o autor apresenta-a a partir de dois momentos em sua configuração: um interior e outro exterior. O interior estaria relacionado ao processo de decifração propriamente dito, em que o leitor regula uma compreensão a partir dos signos linguísticos lidos. Embora descrito como um ato individualizado, Cosson entende que a interpretação aciona aquilo que se é a partir das leituras vivenciadas e experienciadas pelos sujeitos, por isso configura-se como um ato social.

O segundo momento caracterizado por Cosson (2012) como externo, refere-se a modos de materialização da interpretação, como um ato de construção de sentidos, assim quando se finaliza uma obra, os sujeitos leitores querem compartilhá-la, desejam comentá-la, dividir com outros sujeitos a leitura vivenciada, experienciada.

Um movimento que põe em jogo a criação imaginária, em que os sujeitos leitores a partir do texto lido saltam em “voos imaginários”, conforme Certeau (2007). O autor descreve a leitura como estar alhures, como o peregrinar em terras, em propriedades estrangeiras, em busca por sentidos.

Para Larrosa (2001, p.135), na Antiguidade, a imaginação era antes a ponte de conexão “entre o sensível e o inteligível, entre a forma e o intelecto”. O ato criativo está relacionado à competência produtiva da linguagem, caracteriza-se como ação e atuação do sujeito num plano verbal e não-verbal, de modo que “[...] a imaginação, assim como a linguagem, produz realidade, a incrementa e a transforma”.

De modo que ao acionar esta linguagem imaginativa e criativa, confirma-se, assim como Quiroga (2000, p.1), que “leer comprensivamente es vida”. A compreensibilidade do texto, materializado em um livro, possibilita criar diferentes espaços em que é possível evadir-se, permite ações e reflexões sobre o lido e o vivido, sem controles ou manobras pré-estabelecidas, segundo Petit (2003, p.8) “[...] es como un espacio para tomar un nuevo aire, para reconstruirse, para rehacerse. Allí se perfila otra representación de sí mismo. Pero no es unicamente un escape o un lote de consolación para aquellas y aquellos que se sienten encerrados”.

E este espaço criado a partir da experiência de leitura vivenciada pelo próprio corpo, produtor de sentidos em forma de linguagens, move-se por caminhos de produtividade, denominados aqui como “ação desejanter”.

A ação desejanter figura-se a partir da ideia de “leitura desejanter”, defendida por Barthes (2004, p.33), como o aspecto erótico da leitura, como a ação inebriante do ato de ler, marcada por dois traços determinantes: um de entrega total leitor ao ato de ler, mergulhando em um estado de aleatório ao mundo real, o evadir-se, a criação de linhas de fuga do mundo concreto, que seriam os campos de agenciamentos, o CsO, descritos por Deleuze e Guattari (1995).

Diante disso, Barthes (2004) afirma que o sujeito-leitor é um sujeito apaixonado. Uma proposição retomada por Larrosa (2006b, p.64) ao descrever que por experiência leitora, não estaria relacionada à ação, ou à prática, ou a uma técnica a ser ensinada, mas antes compreende “ a la pasión”, isto porque “[...] la experiencia es atención, escucha, abertura, disponibilidad, sensibilidade, vulnerabilidade, ex-posición”.

A ação leitora discutida por estes autores corrobora a capacidade de introspecção do sujeito leitor e remonta a um processo singular e único entre este e o livro. Quando em posse do objeto-livro, como diria Barthes (2004, p. 37), o leitor numa atitude de isolamento, mesmo diante de outros sujeitos, ocorre um desinvestir-se do mundo exterior, abre-se um espaço paralelo em que “[...] o sujeito é deportado sob o registro do Imaginário”. O que não significa uma ação solitária, tem-se sempre o outro “eu” e o outro mesmo como companhia, pois se trata de uma relação de intercâmbio com o objeto-livro, o que seria para Bakhtin (2006) o próprio interlocutor, numa relação discursiva e dialógica.

Para Barthes (2004), este momento de fuga não seria algo acabado em si mesmo, em função da necessidade de “ex-posición”, de expor-se diante do lido. Esta exposição, aqui delineada como a ação desejanter do leitor, compreenderia as emoções imbricadas no próprio corpo durante a relação entre leitor-livro provocada pela leitura. A primeira exposição perpassa pelos sentidos, transcorre um corpo que se expressa uma linguagem não-verbal, entre a fascinação, a vagância, o contentamento, o descontentamento, a posição incômoda, a sonolência, a inquietação, entre outras.

A ação desejanter compreenderia, também, o encantamento por determinadas palavras, por expressões que se destacam frente a outras, o que emerge a necessidade de exposição visual daquilo que se encantou. O leitor busca retê-las de algum modo, por isso a materialidade do livro torna-se o espaço de criação, como na nomeação, num Revista Leitura V.2 nº 56 – jul/dez. 2015 – Número regular - Autor/a: Ilsa do Carmo Vieira Goulart – p. 09- –27.

grifo, num destaque, numa síntese da ideia, num lembrete, em anotações esparsas. A materialidade da obra torna-se um espaço para firmar marcos de atuação e interação ao texto lido.

Compreenderia, ainda, o desejo de estar adiante do enredo, de querer saber o próximo ato, a curiosidade instigante, que move o leitor a ir adiante, que provoca a inquietude, que emite emoções. O que provoca o ato desejante de estar com o objeto-livro, de não o deixar vagante e solitário, a presença da obra, aguça lembranças seja do texto lido, seja da experiência de leitura vivenciada.

E outra ação desejante seria a arte da criação escritora. Para Barthes (2004) a leitura é uma linha condutora do desejo de escrever. A arte de criação escritora para Barthes (2004) não seria de ocupar o espaço do autor, mas do desejo de (des)escrever, reescrever, de (re)compreender ou, talvez, de escrever como o outro escreveu. O livro, como objeto que evoca imagens, provoca aspirações de produção, ou seja, na necessidade de se abrir espaços de criação.

### **Considerações Finais**

A reflexão teórica aqui proposta, demarca-se pelas representações do que se entende por livro, o que se depara, também, com questões descritas por Borges (1985, p.11) “Que são as palavras impressas em um livro? Que significam estes símbolos mortos? Nada, absolutamente. Que é um livro se não o abrimos? É, simplesmente, um cubo de papel e couro, com folhas”. Mas se o lemos, acontece uma coisa rara, ocorre a desterritorialização, a abertura de espaços a cada instante da ação leitora.

Este trabalho, guiado pela finalidade de compreender algumas proposições e discussões que abordam a temática do livro impresso, procurou apresentar algumas definições sobre o objeto-livro, aproximando concepções teóricas que dialogam entre si, de modo a construir uma ideia de livro a partir de espaços de ação, interação e atuação entre o leitor e a atividade de leitura.

Tal reflexão permite apontar que entre o leitor e a atividade de leitura mediada por um objeto-livro, ocorre uma multiplicidade de sentidos que transcende o espaço físico delimitado pelo texto escrito, ultrapassa a dimensão da materialidade, de modo que o livro se destaca como objeto de agenciamentos de espaços outros, visualizados neste texto como espaço corpóreo, de experiência e de criação, que atuam em movimentos interdependentes, articulados.

O objeto-livro como provocador de espaços não limitados pelo escrito, mas como uma abertura a algo mais amplo, leva a compreensão de que o movimento de “desterritorialização”, de “apropriação inventiva” da obra ou do texto lido, de ação desejante é permeado pela expressividade da linguagem. Movimentos que primam pela produção de sentidos, ou seja, pela busca ardente da interlocução com o texto. Entre o leitor e a leitura, o livro abre-se ao mesmo tempo espaços experiências, de singularidade, de encontro consigo mesmo, com a subjetividade da leitura, com a polaridade do texto, com coletividade, cria diálogos e interações que vão além do escrito. Pensar no livro como espaço de relações dialógicas, tramita-se entre (in)definições, pois nas palavras de Larrosa (2006a, p.8), “[...] quizá ser uno e múltiple mediante la lectura, habitar y desabitarse a través del lenguaje; del um lenguaje que no classifica, desclassifica, desloca, des-posiciona”.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikahailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Arberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BARROS, M. *Memórias inventadas – As Infâncias de Manoel de Barros*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010. p. 187.

\_\_\_\_\_. *Ensaaios fotográficos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução Mario Laranjeira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.462.

BENJAMIM, W. *Magia e técnica. Arte e política*. Obras escolhidas. 7.ed. São Paulo, 1994.

BORGES, J.L. *Cinco visões pessoais*. Trad. de Maria Rosinda da Silva. Brasília: UNB, 1985.

CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998. Vol. I e II.

Certeau, M. *A invenção do Cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, R. *História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. M. M. Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. M. Del Priore. Brasília: Ed. UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSSON, R. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa, et alii. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. vol. 1.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa, et alii. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. vol. 3.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contém com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010a.

ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. Da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EdUsp, 2008.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. *O livro: objeto de estudo e de memória de leitura*. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

\_\_\_\_\_. Um livro, diferentes modos de ler. *Revista Leitura: Teoria e Prática*, Campinas, vol. 29, n.56, p.27-35, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://ltp.emnuvens.com.br/ltp/issue/view/5/showToc> . Acesso em: 20 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, vol.12, n.2, p.1-19, maio/ago. 2014. Disponível em: [http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4102/pdf\\_59](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4102/pdf_59) . Acesso em 28 ago. 2014.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001, 183 p.

LAROSSA, J. B. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e máscaras*. Trad. Alberto Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Notas sobre experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.º 19, p. 20-28, 2002.

\_\_\_\_\_. Experiencia y narración. *Revista Educación y Pedagogia*, Medellín, Colombia, Vol.18, p.1-5, 2006a.

\_\_\_\_\_. Sobre la experiencia II. *Revista Educación y Pedagogia*, Medellín, Combia, Vol.18, p.1-16, 2006b.

LOBO, Dalva de Souza. A questão da oralidade *in* Meditações sonoras em Catatau: o texto amplificado. 222 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2012.

MACHADO, Arlindo. O fim do livro? *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol.8, n.21, p.201-214, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/13> . Acesso em 28 ago. 2015.

MALUFE, Annita Costa. Aquém ou além das metáforas: a escrita poética na filosofia de Deleuze. *Revista de Letras*, São Paulo, v.52, n.2, p.185-204, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/letras/issue/view/488/showToc> . Acesso em 09 set. 2015.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARQUES, Aurélio. Filosofia da linguagem em Bakhtin, Deleuze e Guattari: proposições teóricas para Geografia e Literatura. Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaços e Representações - NEER, V, 2013, Cuiabá, MT. *Anais do V Colóquio Nacional do NEER – As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em Geografia*. Cuiabá, UFMT, 2013. Disponível em: <http://www.geografia.ufmt.br/neer/ANAIS/dif/Eixo%201%20pdf/EIXO%201%20ARTIGO%2010%20-%20Marcos%20A%20Marques.pdf> . Acesso em 09 set. 2015.

PESSOA, Fernando. *Cancioneiro*. Ciberfil Literatura Digital, 2002. Disponível em: [http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Cancioneiro\\_de\\_fernando\\_pessoa.pdf](http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Cancioneiro_de_fernando_pessoa.pdf) Acesso em 06 set. 2015.

PETIT, M. *A arte de ler: ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

RIBEIRO, Ana Elisa. O que é e o que não é um livro: suportes, gêneros e processos editoriais. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DOS GÊNEROS TEXTUAIS, IV, 2011, Natal, RN. *Anais do IV Simpósio Internacional de Estudos dos gêneros textuais*. Natal, UFRN, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/visiget/> Acesso em 28 ago. 2015.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?* Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Editora Ática, 2004.

Revista Leitura V.2 nº 56 – jul/dez. 2015 – Número regular - Autor/a: Ilsa do Carmo Vieira Goulart – p. 09- –27.

VEIGA-NETO, A. Literatura, experiência e formação (entrevista com Jorge Larrosa).  
In: COSTA, M. V. (org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre, Mediação, 1996. p. 133-161.